A PRECARIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE: CONTRATOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PALMAS/TOCANTINS/BRASIL

Vanessa Viebrantz Oster
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo – Brasil
vanessaoster@ifto.edu.br

Angela Maria Martins
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo – Brasil
Fundação Carlos Chagas (FCC) – Brasil
ange.martins@uol.com.br

Edmar Lucas Ferreira Sehnem
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo – Brasil
lucasferreirasehnem@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho integra uma pesquisa maior que busca identificar e analisar a precarização do trabalho de docentes temporários da rede municipal de ensino em Palmas, capital do Estado do Tocantins, localizado na região norte do Brasil.

A precarização do trabalho docente se materializa por meio de diversos mecanismos e, uma delas, se refere à terceirização de serviços por meio de contratação temporária de professores. Tendo como base os dados do censo escolar de 2021, um total de 571.920 docentes, aproximadamente 33% do total dos professores da Educação Básica no Brasil, têm contratos temporários, vivem na incerteza da continuidade das suas atividades remuneradas e encontram dificuldades de planejar suas atividades pedagógicas, pois, a qualquer momento, poderão ter o seu vínculo empregatício rompido (NAUROSKI, 2014).

Em alguns Estados e municípios, a contratação de professores temporários ocorre por meio de um edital que elenca os critérios para participar do processo seletivo e de classificação; em outros, não existe nenhuma forma de seleção e a contratação acontece de maneira totalmente subjetiva, por indicações políticas; é preciso ter um “padrinho” que, preferencialmente, componha o poder legislativo, ou ser “amigo” dos gestores, para conseguir a vaga temporária.

Nessa direção, para Guimarães Filho (2004), a ocupação de cargos públicos por indicação política, ou de gestores, leva à descontinuidade de programas, projetos e ações governamentais, em função da rotatividade, diminuindo a qualidade e eficiência dos serviços ofertados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, resgata o papel do professor, trata do fortalecimento da formação inicial, formação continuada e da valorização profissional, e destaca os salários e o Plano de Carreiras. Mesmo com a previsão legal para promover a valorização docente, paradoxalmente, o cenário das políticas implementadas aponta em direção oposta, isto é, a uma aceleração do processo de perda de direitos e ampliada precarização laboral.

DESENVOLVIMENTO

A literatura na área da educação vem demonstrando um significativo aumento na contratação de professores temporários. Os estudos identificam, uma relação direta entre a precarização da carreira docente e a qualidade da Educação ofertada pelas instituições de ensino (OLIVEIRA, 2004; SOUZA, 2016). Nesse sentido, é relevante ampliar e aprofundar a discussão sobre a precarização da carreira docente, pois fortalece os movimentos sociais favoráveis à construção da Educação pública com qualidade do ensino.

No que tange ao ensino público, essas contratações caracterizam-se como mecanismos de exploração e desvalorização dos professores, ratificando e acelerando o desmonte da educação pública e, conseqüentemente, o da carreira docente.

Este estudo destaca que a não realização de um certame que visa a efetivação dos professores, fere o determinado na Constituição Federal (CF) de 1988, que elegeu o concurso público como forma de assegurar condições iguais aos servidores, viabilizando o ingresso em cargos públicos de forma criteriosa, garantindo que os trabalhadores poderão desempenhar suas funções sem perseguições políticas e ideológicas e terão seus direitos trabalhistas protegidos.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com foco nos documentos oficiais nacionais e municipais, que tratam da estruturação da carreira docente. Serão enfatizadas as condições desiguais de remuneração dos servidores, efetivos e temporários, e a

formação inicial exigida dos professores temporários, considerando as disposições estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação (PME) e no escopo das políticas públicas implementadas pela gestão municipal na área da educação.

CONSIDERAÇÕES

Após análise do Plano Municipal de Educação de Palmas, observou-se que, nas metas que tratam da valorização docente não foi elencada a obrigatoriedade da realização de concurso público, nem a exigência da formação em licenciaturas para a atuação como professor da educação básica, contrapondo-se ao Plano Nacional de Educação, documento norteador das políticas educacionais no Brasil.

Dados levantados da folha de pagamento, do mês de agosto de 2022, disponível no portal da transparência do município¹, trazem que a rede municipal de ensino de Palmas dispõe de 3085 servidores que desempenham as atividades docentes (professores e monitores), sendo que 1.081 deles possuem vínculo temporário, o que representa 35% de profissionais que não terão ascensão na carreira e que possuem uma remuneração, significativamente, inferior aos professores efetivos. Outro dado importante é que dos 1.081 trabalhadores contratados, 836 deles são admitidos com a formação em nível médio.

A contratação de professores sem a exigência de formação em pedagogia ou licenciatura específica para a área de atuação é um retrocesso. Essa prática foi descartada há muitos anos. O trabalho docente vai além de transmitir conteúdo, ele prepara o indivíduo para a vida em sociedade, demandando assim especificidades que são adquiridas durante o processo formativo. A ausência de uma formação docente adequada e de boa qualidade, tem desdobramentos na atuação de profissionais que, muitas vezes despreparados, implementam práticas que incidem em relações de ensino e de aprendizagem não condizentes com as demandas específicas do alunado que frequenta a escola pública.

Os professores com vínculos temporários sujeitam-se a algumas situações como forma de assegurar a sua relação de trabalho com a unidade federativa. Em seu recente

¹ <http://prodata.palmas.to.gov.br:8080/sig/app.html#/transparencia/transparencia-folha-pagamento/>
Acesso em 19 set. 2022.

trabalho de doutoramento, Pessoa (2021) apontou que mais de 50% das contratações dos docentes que atuam na rede de ensino Cearense são de trabalhadores temporários, e que essa prática de relação trabalhista causa forte pressão nos trabalhadores, que, devido à estafa, adquirem problemas de saúde, apresentando atestados médicos e, devido a essa descontinuidade das suas atividades laborais, são “penalizados” com a não renovação contratual. O mesmo autor afirma que, devido ao aumento na taxa de desemprego do país, essas vagas de trabalho temporário significam a sobrevivência para milhares de trabalhadores, ratificando as pesquisas de vários autores, como Borges (1995), Gatti (2004; 2012), Oliveira (2004), NaurosKi (2014), Souza (2016).

Para que exista a valorização docente é preciso que seja fortalecida a formação inicial e continuada dos professores, em condições de trabalho satisfatórias e a efetivação de um Plano de Carreira e Salário atendendo a todos os professores da rede de ensino, sem exceções. A garantia do direito de professores usufruírem do Plano de Carreira acontecerá com o ingresso por concurso público, portanto, enquanto prevalecerem contratos temporários ocupando vagas que deveriam ser disponibilizadas em concurso público, o desmonte da carreira docente e da educação pública irá se consolidando.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. A. de S. **A política de remuneração dos professores da rede estadual de educação básica do Pará**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9508>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BORGES, E. F.; CECÍLIO, S. O trabalho docente no Brasil [década de 1950 aos dias atuais]: A precarização no contexto de (re)democratização. **Holos**, [S. l.], v. 5, p. 177-194, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.6535. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6535>. Acesso em: 18 maio 2022.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GUIMARÃES FILHO, J. R. **A estabilidade do servidor público concorre para a manutenção do interesse público e eficiência na administração pública**. 2004. 50 f. Monografia (Especialização) - Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal, Brasília,

DF. Disponível em : <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000040.pdf>. Acesso em: 9 out. 2021.

NAUROSKI, E. A. **Trabalho docente e subjetividade**: A condição dos professores temporários (PSS) no Paraná. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Biblioteca Depositária, 2014.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: Precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 23 abr. 2022.

SOUZA, M. N. **Políticas públicas de educação no Paraná**: As condições de trabalho de professores temporários e o efeito-território na alocação de docentes como variáveis de análise. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal do Paraná. Biblioteca Depositária, 2016. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43733>. Acesso em: 19 abr. 2022.